

PALAVRAS EM OPERAÇÃO: UM DIZER *COMO* TRABALHO, *NO* TRABALHO E *SOBRE* O TRABALHO

Antonia ZAGO
UCPel

Maria da Glória DI FANTI
UCPel

RESUMO

Este artigo apresenta uma reflexão acerca de palavras que os policiais federais (re)criam para nomear as operações de trabalho. O objetivo é verificar relações dialógicas estabelecidas a partir das designações utilizadas de modo a recuperar características da constituição dos efeitos de sentidos criados pelas “invenções” lexicais.

ABSTRACT

This article presents a reflection on the words that Brazilian Federal Police officers (re)create to designate their work operations. The aim of this study is to verify the dialogic relationships established from the designations used so that the features that constitute sense effects generated by the “created” words are recuperated.

PALAVRAS-CHAVE

Palavras do trabalho. Dialogismo. Enunciado. Acento valorativo. Efeitos de sentido.

KEY WORDS

Language at work. Dialogism. Enunciation. Value sense. Effects of the sense.

*Se não esperamos nada da palavra, se sabemos
de antemão tudo o que ela pode dizer,
ela sai do diálogo e se coisifica.*

Bakhtin

Considerações iniciais

Nos últimos anos, a atividade de linguagem em situações de trabalho, outrora proibida, passa a ser valorizada. Para Faïta (2002), as novas configurações do trabalho conferem importância na relação com o simbólico, com o objetivo não só de produzir, mas também de formar, organizar e validar o trabalho. Nessa perspectiva, além de a linguagem ser constitutiva do trabalho e ser fundamental tanto para o trabalho individual como para o trabalho em grupo, ela é também essencial para a divulgação de certas informações à sociedade em geral. Isso ocorre, por exemplo, em trabalhos que abrangem interesses variados, como o caso de acidentes, catástrofes, calamidade pública, em que a população é informada do que está sendo feito e como está sendo feito para resolver o problema. Também algumas empresas, embora muitas vezes tenham interesse comercial, divulgam parte das atividades realizadas ou em andamento em prol de uma causa. No que diz respeito a atividades públicas, isso é ainda mais comum e algumas valem ser citadas, como a divulgação do que está sendo feito no que se refere à arrecadação e devolução do imposto de renda, investigações de desvio de verba pública, construção de uma obra de interesse da população. Desse conjunto de atividades, as investigações da Polícia Federal têm nos chamado atenção pelo fato de trazerem à tona particularidades da atividade do policial e despendem um trabalho bastante criativo no que tange à linguagem.

As criações designativas dos policiais federais para suas operações de trabalho convocam a produção de novos efeitos de sentidos a partir de palavras já postas em circulação em contextos bastante diferentes. O que se percebe é que, em comum acordo, a equipe batiza as suas ações com nomes como “Macunaíma”, “Anaconda”, “Vampiro”, “Hidra”, “Toupeira”,

“Sanguessuga”, “Com Dor”, “Dominó”, “Saúva”, “Serra Azul”, “Dilúvio”, “Dossiê Cuiabá”, “Hurricane”, entre tantas outras. Essas designações mostram, de maneira velada, características do trabalho dos policiais e a relação que estabelecem com o objeto de investigação. Observa-se, nessa perspectiva, a necessidade de discorrer sobre características dos processos de designação empregados pelos policiais federais, tendo em vista o crescente número de Operações reveladas recentemente e divulgadas pela mídia.

Considerando a importância das palavras do trabalho (BOUTET, 2001) como estratégias sociais não só de designação de atividades, objetos e pessoas, mas principalmente dos valores, carregados de história, que tais palavras veiculam, este artigo traz uma reflexão acerca de palavras que os policiais federais (re)criam para nomear determinadas operações de trabalho. Tais palavras, impregnadas de acentos de valor, constituem-se como signos ideológicos e fazem ressoar relações dialógicas com outros discursos. Nesse contexto, além de auxiliarem na situação de trabalho dos policiais, as mesmas palavras designativas são utilizadas na imprensa para a divulgação das Operações realizadas, chegando à mídia com certa orientação de sentido, ainda que o gênero do discurso seja outro.

Vale ressaltar que, a partir da atividade discursiva de designação, surgem expressões languageiras que auxiliam na necessidade de ganhar tempo e no sigilo das operações de trabalho coletivo. Quanto à questão temporal, o uso de designações partilhadas pelo coletivo de trabalho, no caso os policiais federais, aponta para a economia de explicação do que trata cada investigação. Quanto à questão do sigilo, as palavras designativas de Operações funcionam como se fossem “códigos sigilosos” de identificação da investigação, partilhados entre os policiais. Normalmente, a população fica sabendo da investigação e da referida designação somente após a conclusão da Operação.

Tendo em vista as observações precedentes, recuperamos reflexões desenvolvidas por Nouroudine (2002), no que tange à compreensão da produção de sentido em relação à linguagem *no* trabalho (linguagem que faz), *como* trabalho (linguagem circundante, mais ampla) e *sobre* o trabalho

(linguagem que interpreta). A nossa hipótese é de que os policiais federais, em sua atividade de trabalho, mobilizam as diferentes dimensões languageiras (*como, no e sobre o trabalho*). Ainda seguindo Nouroudine, é importante destacar que a linguagem, observada em suas variadas dimensões, é considerada um dispositivo revelador da complexidade do trabalho. Nesse contexto, podemos observar que os policiais federais protagonizam, via linguagem, o encontro entre a “situação de trabalho” (em sentido amplo) e a “experiência de trabalho” (em sentido mais particular). Também, baseando-nos em Schwartz (2003), podemos entender que os protagonistas do trabalho “renormalizam” a atividade, uma vez que essas atividades são redefinidas e renomeadas, não se constituindo em pura execução de uma prescrição superior ou de uma demanda social. A partir dos enunciados produzidos, os policiais dialogam não só com pares mas também com o público em geral, via meios de comunicação.

Sob esse enfoque, este artigo objetiva verificar relações dialógicas estabelecidas a partir das designações utilizadas de modo a recuperar características da produção de efeitos de sentidos criados pelas “invenções” lexicais. A reflexão também busca verificar como as palavras designativas contribuem não apenas para as atividades reais de trabalho, mas também para a divulgação das Operações pela mídia.

Para tanto, o estudo se apóia na interlocução entre a teoria dialógica do discurso, paradigma segundo o qual a matéria lingüística é indissociável de um processo ativo e responsivo, isto é, intersubjetivo, e estudos sobre o trabalho, que consideram imprescindível a análise da linguagem para a compreensão das relações humanas no trabalho (NOUROUDINE, 2002; BOUTET, 2001; FAÏTA, 2002). A articulação proposta parte do pressuposto epistemológico do dialogismo como constitutivo de toda expressão languageira, o que permite observar a movimentação de sentidos nos enunciados.

1 Pressupostos teóricos

1.1 Enunciado e produção de sentido

O dialogismo, na teoria bakhtiniana (BAKHTIN, 2003), é um princípio constitutivo da linguagem que pressupõe que todo discurso é constituído por outros discursos, instaurando uma dinamicidade permanente. Essa propriedade é observada na própria palavra, que é considerada um fenômeno dialógico e ideológico por excelência, produto da interação de indivíduos, uma espécie de “ponte” lançada entre o locutor e o interlocutor, mais especificamente com os outros discursos (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 113). A palavra, desse modo, se concretiza como enunciado, um elo na cadeia discursiva, que, renovada a cada situação por diferentes acentos valorativos (o que remete ao “tema”), tem algo do nível da estabilidade, a “significação”.

A significação, na relação significação/tema, para Bakhtin/Volochinov (2004), é o aparato técnico para a realização do tema, o que permite observar que a significação isoladamente não possui acento valorativo, é um potencial, uma possibilidade de significar. No entanto, na enunciação, ganha acento de valor e se concretiza no interior de um tema, o qual varia de acordo com a situação histórica em que é enunciado.

Ainda, há de se considerar que “a significação pertence a um estágio inferior da capacidade de significar”, já o tema, por sua vez, pertence a um estágio superior da capacidade de significar. Logo, a significação de um ou outro elemento lingüístico pode orientar-se em duas direções: para o estágio inferior, o da “significação no sistema da língua” ou a investigação da palavra dicionarizada, ou vai tender para o estágio superior, o tema, o que vai remeter à “significação contextual” de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p.131).

As questões em torno da significação e do tema estão relacionadas com o problema da compreensão, uma forma de diálogo para a teoria bakhtiniana. Nesse processo responsivo ativo, é essencial reconhecer o

tema na relação com a significação, sem dar a ela primazia no que se refere à vinculação a um sentido sempre estável e idêntico a si mesmo. Assim sendo, deve-se considerar o acento de valor como elemento desencadeador do enunciado, da palavra e da produção de diferentes sentidos:

Toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, desses termos, mas também um acento de valor ou apreciativo, isto é, quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 132)

Essas apreciações são orientadas pela natureza social das situações de comunicação. “Toda enunciação compreende antes de mais nada uma orientação apreciativa” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 135), e a mudança de significação vai estar relacionada ao deslocamento de uma palavra de um contexto apreciativo a outro. Afinal, quem são os interlocutores? Qual é o objetivo da enunciação? Como o locutor faz projeções do seu interlocutor? Que discursos são retomados e/ou antecipados no enunciado?

Tais reflexões orientam para o fato de que o mesmo aparato técnico não implica a circulação dos mesmos sentidos. Dito de outra forma, um mesmo enunciado de diferente extensão, desde uma palavra até um texto maior, sempre terá diferentes acentos valorativos. Logo, sempre haverá (re)elaboração, renovação de sentido: uma nova significação contextual “se descobre numa antiga e através da antiga, mas a fim de entrar em contradição com ela e de reconstruí-la”. Disso se depreende

(...) uma luta incessante dos acentos em cada área semântica da existência. A sociedade em transformação alarga-se para integrar o ser em transformação. Nada pode permanecer estável nesse processo. E é por isso que a significação, elemento abstrato igual a si

mesmo, é absorvida pelo tema, e dilacerada por suas contradições vivas, para retornar enfim sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 136)

A enunciação, nessa perspectiva, é compreendida como “produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados” (p. 112). Por conseguinte, o enunciado (enunciação)¹, representa um elo na cadeia de outros enunciados (BAKHTIN, 2003), pois o locutor, ao enunciar, não só traz os já-ditos de outros enunciados, como também antecipa dizeres. Ao falar, o locutor já antecipa na sua fala a resposta do outro, ou seja, se previne de objeções, de questionamentos, de perguntas, uma vez que espera do interlocutor uma atitude e uma compreensão ativa.

O sujeito, dialógico e plurivocal, ao participar de interações, vai-se constituindo discursivamente a partir de uma diversidade de vozes (posições sociais, pontos de vista), em uma constante relação com o outro (em sentido amplo, os discursos variados). Nesse processo, o indivíduo singulariza seu discurso numa interação viva com muitas vozes sociais, aparentes ou não, advindas de diferentes direções.

O enunciado, como foi visto, por sua natureza social, refere-se a situações concretas de comunicação. Nesse discurso dialógico, são estabelecidas relações de sentido com a palavra do outro, confirmando-a, rejeitando-a, total ou parcialmente, ou aprofundando-a. Essas relações responsivas geram efeitos de sentido a partir do encontro de posições avaliativas, um processo dialético próprio na construção do sentido.

É importante ressaltar ainda que o locutor, a partir de uma dada esfera de atividade, elabora enunciados, próprios de um dado gênero do discurso, que não deixam de ressoar diferentes orientações de sentido acerca de um mesmo objeto de discurso. Esses enunciados postos em circulação por outros, em outras circunstâncias, ao serem utilizados em novos contextos, representam novas criações. Sob esse aspecto, Faïta (no prelo) salienta: “Toda vez que eu utilizo, eu acrescento, eu recrio. Recrio, em

novas condições um sentido diferente para essas mesmas palavras, esses mesmos enunciados”. Assim, essas palavras são ressignificadas a partir de diferentes acentos de valor.

1.2 Palavra e sentidos do trabalho

Na perspectiva empreendida, a palavra não se limita à forma lingüística: “na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém”. Por isso, “constitui justamente o produto de interação do locutor e do ouvinte” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 113).

A relação do ser com o mundo se dá por meio da linguagem e não é direta, como afirma Faraco (2003), pois as palavras não tocam as coisas, mas sim penetram na camada de discursos sociais que recobrem as coisas. Toda palavra, por conseguinte, possui dimensão avaliativa, institui-se como signo ideológico, resultante da assimilação, reelaboração ou reacentuação de outras vozes. Nesse sentido, conforme o Círculo de Bakhtin, o signo não apenas reflete, mas também refrata o mundo (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004). Refratar significa não apenas descrever o mundo, mas também dizer que no processo de referenciação são atribuídas diversas interpretações desse mundo (FARACO, 2003; BAKHTIN, 1998).

A expressividade de um enunciado manifesta não só sua relação com o objeto do discurso, como também a relação do locutor com os enunciados do outro. Logo, a palavra como signo dialógico não só se volta para o objeto, mas também leva em conta os discursos do outro sobre o objeto. Nesse processo, além de haver uma compreensão ativa do enunciado, percebe-se que é notadamente mediante palavras que os sujeitos sociais modificam as suas relações com o mundo (BAKHTIN, 2003).

Sob esse enfoque, Bakhtin afirma que “se não esperamos nada da palavra, se sabemos de antemão tudo o que ela pode dizer, ela sai do diálogo e se coisifica” (p. 328). Ressaltam-se, portanto, as relações dialógicas, relações de sentido, indissociadas das relações lógicas (BAKHTIN, 1997),

que ocorrem em enunciados de diferentes dimensões, como a palavra, desde que esta seja percebida como um signo ideológico, como palavra do outro no enunciado.

Nessa perspectiva, a análise de diferentes relações de trabalho tem se baseado no estudo da linguagem, como forma de observar diferentes relações dialógicas estabelecidas nos dizeres do trabalho que resgatam discursos diversos, muitas vezes não aparentes na superfície das trocas linguageiras (BOUTET, 2001; FAÏTA, 2002, no prelo). A fim de revelar aspectos constitutivos da complexidade do trabalho, Nouroudine (2002, p. 17), propõe uma reflexão sobre a relação linguagem e trabalho em três dimensões: a linguagem “*como* trabalho”, a linguagem “*no* trabalho” e a linguagem “*sobre o* trabalho”.² A distinção entre os três aspectos, para o autor, apresenta um interesse epistemológico que viabiliza destacar a ligação do sujeito na relação linguagem/trabalho.

A “linguagem como trabalho” relaciona-se à linguagem como elemento constitutivo da atividade de trabalho. Para o autor, diferentemente do que o *taylorismo* tentava demonstrar, o trabalho constitui-se em uma atividade complexa, envolvendo várias dimensões, que integram “propriedades múltiplas, cada uma participando da formação de uma significação dinâmica e variável nos campos social e histórico” (NOUROUDINE, 2002, p. 19). Considerando que o trabalho abrange valores e outras atividades interligadas, faz-se necessário observar a “linguagem como trabalho” em sua dimensão constitutivamente dialógica. Desse modo, o autor recorre a Bakhtin na perspectiva de refletir sobre a produção de sentido no trabalho, observando que sempre há no trabalho “uma pergunta, um chamado e uma antecipação de resposta; sempre há nele dois sujeitos”. Esse diálogo proposto revela a presença de uma linguagem operante.

Uma das características principais da “linguagem como trabalho” é ser econômica, uma vez que a interação verbal em situação de trabalho pode ser um meio de gestão do tempo de trabalho. Enquanto a “linguagem como trabalho” é expressa dentro da atividade, “em tempo e lugar reais, a

‘linguagem no trabalho’ seria, antes uma das realidades constitutivas da situação de trabalho global na qual se desenrola a atividade” (NOUROUDINE, 2002, p. 22). Esse encontro da situação com a experiência se dá pela linguagem. Entretanto, a “linguagem no trabalho” pode veicular conteúdo de natureza variada e, às vezes, até bastante distanciada da atividade exercida pelos trabalhadores no seu conjunto.

Já a “linguagem sobre o trabalho” está relacionada às manifestações de linguagem sobre o trabalho, não só do pesquisador, mas de toda manifestação que permite avaliar uma situação objetivando ação. Dentre elas, Nouroudine (p. 25) cita Lacoste a qual afirma que “longe de ser apenas um artifício do pesquisador que impõe esse tema aos operadores, a fala sobre o trabalho é, às vezes, motivada de seu próprio interior, por exigências da equipe ou da empresa”. Ressalta assim o caso de os colegas evocarem “o trabalho para comentá-lo ou avaliá-lo, para lembrá-lo, para se justificar” ou por razões surgidas no momento.

Nouroudine (2002) destaca a importância de se questionar acerca de “quem fala”, “de onde fala”, “quando fala” para que se compreenda onde se situa o campo de validade e de concernência da “linguagem sobre o trabalho”. Observa, nessa perspectiva, que se fala do trabalho para transmitir, avaliar, justificar, corrigir. Por isso, a “linguagem sobre o trabalho” se encontra imbricada com a “linguagem no trabalho” e com a “linguagem como trabalho”. Esse imbricamento

(...) não compromete a distinção dos três aspectos da linguagem. Ao contrário, parte do pressuposto da existência de uma linguagem que faz (a linguagem como trabalho), uma linguagem circundante (a linguagem no trabalho) e uma linguagem que interpreta (a linguagem sobre o trabalho) para conduzir a análise das práticas de linguagem. (NOUROUDINE, 2002, p. 26)

O autor considera que a distinção proposta orienta a análise, uma vez que a organiza, como é o caso das duas primeiras classificações, em que a compreensão e os saberes do sujeito parecem reunidos às práticas linguageiras

que visam a um objetivo comum. Observa ainda que, embora a distinção possa ser relevante por questões metodológicas, não o é quando se restringe a uma ou a outra dimensão como se fossem independentes uma da outra. Logo, destaca que compreender a “linguagem como trabalho”, “no trabalho” e “sobre o trabalho” significa sobretudo compreender, ainda que em parte, a atividade dos envolvidos nesse processo – sujeitos dialógicos, dotados de conhecimentos dialógicos que produzem enunciados também dialógicos.

2 Da designação de investigações policiais: pistas discursivas do trabalho dos policiais federais

Boutet (2001), em *Les mots du travail*, desenvolve uma reflexão sobre a importância da análise das palavras do trabalho para se observarem características dos coletivos de trabalho que “se constroem em torno de formas específicas de falar, de conceber o mundo, pelas quais afirmam sua identidade” (p. 201). A autora destaca que os setores profissionais têm “suas palavras”, suas “formas de nomear os colegas, as atividades, os objetos”, trazendo uma carga de história que sempre é atualizada (p. 190).

As palavras do trabalho, para Boutet (2001), são o resultado de “práticas de transformação de designações convencionais” (p. 193), o que a permite discutir sobre a “estética do trabalho”. Nessa perspectiva, trata da metáfora, do eufemismo e da hipérbole, como recursos utilizados pelos trabalhadores no desenvolvimento da atividade laboral. Assim, considera que a designação “dada a um objeto por meio de um nome, de uma determinação, de uma expressão ou de uma metáfora, constitui uma ferramenta de categorização do real que se impõe como um verdadeiro guia da atividade futura” (p. 200-201).

Remetendo-nos à análise proposta e considerando os pressupostos bakhtinianos, devemos considerar que “a mudança de apreciação é sempre, no final das contas, uma reavaliação: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro” (BAKHTIN/

VOLOCHINOV, 2004, p. 135). Na teoria bakhtiniana, considerar a significação isolada priva a evolução viva da palavra, impedindo que ela receba apreciação. Com isso, não seria adequado considerar um “sentido literal” e “outros possíveis”, pois desencadearia, como ratifica Faraco (2003), uma separação entre um centro denotativo e margens conotativas.

É importante destacar, a partir da reflexão precedente e da relação entre significação e tema já desenvolvida, que a palavra, compreendida como enunciado, conforme preconiza Bakhtin (2003), é já uma forma de enunciação e, por isso, é acentuada valorativamente. Logo, não há um sentido próprio, mas sim sentidos possíveis, ou efeitos de sentido, em determinadas situações de enunciação. Assim, para recuperar Boutet (2001), quando se percebe uma transferência de uma designação convencionalmente usada (em um dado gênero do discurso) para outra, muitas vezes distante, é possível se falar de uma “estética”, a qual pode se materializar de diferentes formas. Desse modo, há acentos apreciativos inerentes às práticas de linguagem que não permitem um sentido literal, e tais apreciações são centrais na troca verbal e dinâmica histórica (p.197).

Dentre as possibilidades de se compreender as designações atribuídas às investigações policiais federais e levando em conta as observações precedentes, podemos falar de “metáfora” para fazer referência a analogias criadas em determinadas circunstâncias. Para o entendimento do conceito de metáfora, diferentemente do conceito apresentado na gramática tradicional, Charaudeau e Maingueneau (2004, p. 328-330) observam que a metáfora possui diferentes funções discursivas: (a) função estética: ornamentar o discurso, sobretudo o literário; (b) função cognitiva: explicar por meio de analogias algo novo ou de pouco conhecimento; e (c) função persuasiva: os diversos discursos – políticos, morais – usam a metáfora como forma de impor opiniões de maneira não explícita.

As relações metafóricas, ou melhor, efeitos metafóricos, ampliando a reflexão, além de estabelecerem orientação ou possibilidade de sentidos por meio de analogias, mobilizam formas de já-dito. Nesse contexto, o dialogismo, princípio constitutivo de toda atividade de linguagem, passa a

ser observado como objeto de reflexão para a compreensão da produção de sentidos (BAKHTIN, 1997, 2003), podendo se concretizar pelas relações de analogia com outras vozes discursivas, o que evidencia relações intertextuais.

Considerando o texto como toda expressão humana, portanto, como enunciado, discurso, e a propriedade dialógica da linguagem (BAKHTIN, 2003), podemos afirmar que toda prática discursiva é constituída por intertextualidades, já que a inter-relação entre discursos é constitutiva. É importante destacar que essa intertextualidade constitutiva pode ser aparente ou não e ainda pode pertencer a uma mesma esfera de atividade ou a esferas diferentes.

Segundo Bakhtin, é preciso considerar a comunicação verbal a partir de esferas sociais de atividade humana. Os gêneros do discurso, formas relativamente estáveis de dizer, realizam-se na relação com tais esferas, as quais evoluem permanentemente. Tendo em vista essas reflexões, consideramos, com relação à análise proposta, que os enunciados, representados pelas palavras dos policiais federais, são “tomados” de empréstimo de outros textos (discursos, enunciados, vozes sociais), de outras esferas bastante diferenciadas, desencadeando efeitos metafóricos bastante sugestivos e que requerem a análise dos diálogos estabelecidos.

Para os propósitos deste artigo, analisamos duas designações atribuídas a Operações realizadas por policiais federais³ – Operação Sanguessuga e Operação Macunaíma –, verificando características do processo dialógico instaurado e recuperando, ainda que em parte, pistas da atividade de trabalho do policial. A metodologia de análise segue as noções de “palavra da língua”, “palavra alheia” e “minha palavra”, propostas por Bakhtin (2003, p. 294). A “palavra da língua” é considerada como aquela que ainda não recebeu acento valorativo, expressividade, não é, portanto, atribuída a ninguém. A “palavra alheia” é a que possui expressividade no âmbito dos enunciados dos outros. A “minha palavra” é aquela que, em determinada situação, possui a minha valoração, expressão. Assim, verificaremos a designação como (a) “palavra da língua”, resgatada pela

forma lingüística, (b) “palavra alheia”, que possui acento valorativo devido ao uso, podendo ser uma forma de recuperar dialogicamente a história da palavra, que a constitui e ressoa no enunciado, e (c) “palavra minha”, análise de acentos valorativos que circulam nas palavras do trabalho dos policiais federais e o eco de tais designações na mídia. Enquanto que o item “a” é recuperado pela “significação”, o “b” e o “c” são recuperados pelo uso, pelas relações dialógicas estabelecidas entre discursos diversos, interlocutores e “referentes” em casos concretos, o que faz circular diferentes “temas”.

É importante ressaltar nesta análise que a designação pode acontecer de diversos modos, e é o “enunciador que, por meio de seu enunciado, deverá passar ao co-enunciador as instruções necessárias para identificar os referentes por ele visados em um determinado contexto” (MAINGUENEAU, 2001, p. 179). Essa observação orienta para o fato de que a designação é uma atividade discursiva que implica uma co-construção entre interlocutores sobre um objeto do discurso.

Passemos à análise propriamente, tendo como pressuposto a interdependência entre “palavra da língua”, “palavra alheia” e “palavra minha”.

2.1 Operação *Sanguessuga*

A Operação *Sanguessuga* foi realizada pela Polícia Federal no dia 4 de maio de 2006 com o objetivo de desarticular uma organização criminosa especializada na prática de crimes contra a ordem tributária e fraudes em licitações na área da saúde que agia desde o ano de 2001. Cerca de 250 policiais federais participaram da operação nos estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e no Distrito Federal. Foram cumpridos 53 mandados de busca e apreensão e efetuadas 48 prisões. Integravam a quadrilha funcionários públicos que atuavam no Ministério da Saúde e na Câmara dos Deputados.⁴

Analisando a designação “sanguessuga”, no que tange à “palavra da língua”, vale destacar que a consideramos como entendemos em Bakhtin (2003), sem acento de valor, ou seja, ainda sem o uso concreto como enunciado de um dado sujeito para um determinado fim. Por isso, o resgate da “significação” pelo dicionário aponta para uma virtualidade (possibilidade) que, ao ganhar apreciação, faz circular sentidos, os quais podem ou não se aproximar do verbete do dicionário (ainda não considerado como enunciado concreto).

O verbete “sanguessuga”, no dicionário Aurélio, recebe duas definições: (a) “verme do filo dos anelídeos, da classe dos hirudíneos, que habita as águas doces e tem ventosas com que se liga aos animais a fim de sugar-lhes o sangue. É de uso medicinal para provocar sangrias desde a época romana”, (b) “indivíduo que explora outro pedindo-lhe constantemente dinheiro” (FERREIRA, s/d, p. 1267). No que tange à composição da palavra (MORENO, 2002), “sanguessuga” (significando verme) se dá a partir da combinação de dois morfemas lexicais existentes, “sangue” (substantivo) e “suga” (verbo). Essa combinação constitui-se de forma pós-lexical, e, por ser palavra composta, atinge resultado particularizante ao denominar um objeto ou conceito específico.

Analisando-a como “palavra alheia” refere-se à “parasita”, aquele que vive às custas do outro, explorando-o. Ao ser tomada como “palavra minha” para batizar operação policial, recupera a história do dizer e singulariza particularidades da Operação: investigar sanguessugas, suspeitos de receber propina a partir de um esquema por eles montado. Desse modo, particulariza algo em uma outra enunciação específica, passando a identificar os investigados pela Operação. Após a deflagração da Operação, essa designação passa a circular em outra esfera de atividade, a midiática, onde irá auxiliar na informação sobre os envolvidos no caso (policiais e investigados).

Analisando possibilidades de relações dialógicas com a palavra *sanguessuga*, sem desconsiderá-la como “palavra da língua”, podemos observá-la como “palavra alheia” no que tange ao fato de haver a circulação

de acentos valorativos, mais ou menos expressivos, referentes à exploração monetária do outro. Além de não se dissociar do próprio animal, parasita que é, a “palavra minha”, utilizada pelos policiais federais, materializa-se por efeitos metafóricos para contextualizar a história da palavra. Ao designar a investigação, os policiais federais passam a orientar a circulação de efeitos de sentido, recuperando, de certo modo, a história do dizer e indicando valorativamente aspectos próprios da Operação em pauta.

Na esteira das relações de sentido estabelecidas, observa-se que, enquanto na Idade Média, as sanguessugas eram usadas para fazer sangria, no mundo atual da política, os *sanguessugas* possuem seu habitat junto ao poder, próximo ao dinheiro público, resultando na sangria nos orçamentos da Saúde e da Educação. A designação *sanguessuga* exerceu a função de identificar e isolar os envolvidos, deputados, senadores e demais acusados de comprometimento com a máfia das ambulâncias e veículos escolares.

(Re)criado o termo, a “palavra minha”, com novos acentos valorativos, passa a circular uma espécie de “rótulo”, em que os envolvidos, os *sanguessugas*, estão ligados a questões de exploração. Sob esse enfoque, circulam acentos depreciativos em relação aos *sanguessugas* por meio de enunciados carregados de avaliação negativa. Sendo o enunciado um elo na cadeia discursiva (BAKHTIN, 2003), os acentos valorativos, ao mesmo tempo em que se voltam para o já-dito, fazem projeções para as respostas possíveis. Desse modo, designar a operação policial como *sanguessuga* é marcar uma posição crítica, uma apreciação de valor partilhada pelo coletivo de trabalho, que se projeta em “linguagem *como* trabalho”, pois faz parte dos fazeres dos policiais, “linguagem *no* trabalho”, uma vez que envolve uma situação global, bem mais ampla do que a atividade restrita de investigação, e “linguagem *sobre* o trabalho”, já que traz interpretações, via avaliação, do fato investigado.

A partir do processo responsivo ativo do ato de designar cuidadosamente as investigações, os policiais federais mantêm um diálogo com a sociedade, que se projeta na mídia ao divulgar aspectos das Operações empreendidas. A passagem das diferentes esferas de atividade também é importante,

especialmente da esfera do trabalho policial federal para a esfera midiática. As finalidades dos enunciados são diferentes, os interlocutores, o tempo e o espaço também o são. As palavras passam para a mídia e chegam à população em geral com acentos de valor que fazem circular avaliações sobre o que está sendo investigado sem deixar de trazer características do trabalho policial.

Sob esse enfoque, a designação “sanguessuga” passa a circular com valoração negativa em várias manifestações jornalísticas, tais como: *Máfia dos sanguessugas* (capa de *Veja*, 26 jul. 2006), *Sanguessugas vetadas nas urnas* (jornal *Zero Hora*, 2 out. 2006), *Pizza de sanguessugas* (charge, Iotti, 1º dez. 2006), *O maior dos escândalos* (título do editorial de *Zero Hora*, 11 ago. 2006), *Os sanguessugas do orçamento* (artigo, *Zero Hora*, de Luiz Carlos do Nascimento da Rosa). Vale destacar o modo bastante interessante com que um jornalista de programa televisivo reportou a palavra do outro (“sanguessuga”) para o seu discurso: “(...) dar uma *sanguessugadinha* e parabéns, queridos *sanguessugas* pela absolvição!” (Arnaldo Jabor).

A divulgação na mídia das operações dos policiais federais possui uma abrangência bastante ampla, uma vez que recupera aspectos dos diferentes envolvidos no processo de investigação, os policiais federais e seu trabalho, os acusados e seu comprometimento com a denúncia e a sociedade em geral que vivencia, querendo ou não, atos reprimíveis. O diálogo entre o trabalho policial e a sociedade, mediado pela imprensa, passa a compor novas condições de produção da palavra/do discurso, nova esfera de atividade, novo gênero (notícia, charge, reportagem, crônica etc.), novos sentidos passam a circular, seja por concordância (assimilação), seja por discordância (refutação), em parte ou total. De qualquer forma, sempre serão (re)elaborados, (re)significados, pois a cada enunciação novas interações se estabelecem, não deixando de ressoar as precedentes e as vindouras.

2.2 Operação *Macunaíma*

A Operação *Macunaíma* da Polícia Federal desarticulou no Rio Grande do Sul, após sete meses de investigação, no dia 17 maio de 2005, um esquema criminoso de contrabando e descaminho de mercadorias oriundas do Paraguai. O esquema contava com a participação de servidores públicos. Ao todo, foram presas 20 pessoas⁵. *Macunaíma* trata-se de uma Operação da polícia federal que descobriu o envolvimento de policiais rodoviários na facilitação de contrabando.

Os policiais rodoviários que deveriam coibir o contrabando, configurando-se como heróis da sociedade, estavam, pelo contrário, facilitando o tráfego de produtos de modo ilegal. Essa facilitação ocorria mediante o recebimento de propina. Logo, a analogia à personagem sem caráter. Os policiais rodoviários – que deveriam ser nossos heróis – passam a ser considerados heróis ao contrário, sem caráter como *Macunaíma*.

Procurando resgatar relações dialógicas estabelecidas pela designação *macunaíma*, observamos com relação à “palavra da língua”, de acordo com pesquisas do autor do livro *Macunaíma*, Mário de Andrade, a definição como deus indígena que reúne em si o bem e o mal. No que tange à “palavra alheia”, há uma referência à personagem-título da obra homônima⁶ de Mário de Andrade, escrita em 1928, em que o narrador se refere a *Macunaíma* como o “herói de nossa gente” e “herói sem nenhum caráter”. Esta obra foi escrita no período Modernista, época em que se intensificaram as críticas ao caráter das personagens. Ao criticar o caráter da personagem *Macunaíma*, Mário de Andrade evidencia uma característica da época que parece ser comum ao brasileiro, que é a de se interessar pelo que é estrangeiro.

Acentos apreciativos são reconhecidos em enunciados que tratam desse herói sem nenhum caráter. É uma personagem tida como oportunista, preguiçosa e volúvel. Ao quebrar o pacto de se casar com uma das filhas de Vei (“a Sol”), troca esta por uma portuguesa. Com isso, a partir da leitura do livro, percebe-se que ele não só perdeu a oportunidade de se tornar imortal, como também mostra a sua falta de caráter.

Ao tomar o nome próprio e as características da personagem do livro, a “palavra minha” dos policiais projeta efeitos metafóricos, especialmente ao aproximar esferas distintas (da literatura e do trabalho): o caráter do herói da ficção com o caráter dos envolvidos na Operação. A designação *macunaíma* a uma investigação recupera a história da palavra (“palavra alheia”), seus acentos valorativos constitutivos do enunciado. Ao tornar-se “palavra minha”, a materialização da designação, os acentos de valor passam a ser (re)elaborados e (re)significados na linguagem de trabalho dos policiais federais.

A designação da Operação como *Macunaíma* pressupõe um certo conhecimento da literatura brasileira. Não seria estranho se uma pessoa não conhecedora da obra de Mário de Andrade não entendesse o porquê de tal designação. Com isso, parece haver um certo saber partilhado entre os policiais federais, em seu coletivo de trabalho, que permite chamar uma investigação pelo mesmo nome de uma personagem literária.

Ao ser divulgada na mídia a Operação, acentos avaliativos incorporados à designação criada procuram orientar a recepção de certos sentidos. A população pode ou não entender tal orientação. O conhecimento da personagem Macunaíma da ficção, sem dúvida, facilitará a compreensão da operação policial, já que se pode associar ficção e realidade na compreensão de sentidos, potencializando o valor da designação. O não conhecimento da personagem literária, no entanto, não impede a produção de sentidos (compreensão) por parte do interlocutor e o provável entendimento do que seja a investigação.

Na esfera midiática, essa designação fez parte de reportagem especial de Zero Hora: “Operação *Macunaíma*. Prisão para os heróis sem caráter” (Zero Hora, 8 de maio de 2006). Apareceu ainda em reportagem da revista Veja: “O levante dos laranjas. Operação *Macunaíma*. A polícia fecha o cerco ao contrabando e à pirataria na fronteira com o Paraguai e os muambeiros reagem com violência” (17 de maio de 2006).⁷ Devemos considerar que a orientação veiculada pela mídia faz ressoar características do trabalho policial de investigação (quando, onde, como) e a própria

avaliação em relação aos investigados (sem caráter e ligação com o estrangeiro). Assim, podemos dizer que a “palavra minha” aparece em duas instâncias, com níveis diferentes de (re)elaboração de acentos valorativos: em um primeiro momento, a palavra empregada pelos colegas de Operação, em situação de trabalho, e, em um segundo momento, a veiculação desta palavra pela mídia. Percebe-se, desse modo, a partir da designação atribuída (*Macunaíma*), a posição assumida pelos policiais federais, via “linguagem *como* trabalho”, já que é inerente à atividade dos policiais, “linguagem *no* trabalho”, pois abrange uma situação ampla e “linguagem *sobre o* trabalho”, uma vez que interpreta a investigação efetuada.

Novamente se materializam diferentes dizeres, com diferentes finalidades, em diferentes esferas de atividade: trabalho investigativo e mídia. Tais instâncias de circulação do dizer vão ao encontro da afirmação segundo a qual um novo sentido se descobre a partir de um antigo, mostrando possibilidades de ressignificações e reconstruções (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004). É possível observar que as designações das Operações de trabalho constituem-se, concordando com Boutet (2001), como práticas de transformação de dizeres convencionais. Novas relações dialógicas, relações de sentido, se estabelecem. São novos interlocutores, novos investigados, novo fato, outro objetivo, outro tempo e outro espaço. O dizer é singularizado no debate entre muitas vozes, o que faz emergir novas formas de dizer e interagir.

3 Considerações finais

As criações designativas das Operações pelos policiais federais chamam a atenção na medida em que constroem novos sentidos a partir de palavras já postas em circulação. Essas palavras, além de auxiliarem na situação de trabalho, carregam acentos de valor, que, na mídia, passam a ressoar com uma certa força. Dessas criações, surgem expressões languageiras, bastante criativas, decorrentes da necessidade de ganhar tempo e sigilo para as operações de trabalho coletivo.

Em situações análogas às analisadas, outras palavras do cotidiano também são empregadas para a designação das operações da Polícia Federal: como *Anaconda* (para designar uma Operação que investigava a participação de funcionários públicos federais em venda de sentenças judiciais); *Toupeira* (assim como o animal que vive sob a terra, a Operação investigava furtos a bancos através de um túnel escavado sob a terra); *Vampiro* (na qual a Polícia Federal desvendou o tráfico de influência e a manifestação de licitações nas compras externas de hemoderivados); *Saiúva* (que deflagrou um esquema de fraude de licitações de gêneros alimentícios no Amazonas); e *Dominó* (Operação que envolveu os três poderes, assim como no jogo infantil, no qual uma peça compromete a outra). Ultimamente são centenas de Operações a cada ano e, para cada nova situação de trabalho, é preciso criar uma designação própria para identificá-la.

A partir da análise realizada, podemos compreender que os policiais como sujeitos dialógicos lançam enunciados significativos e valorativos cuidadosamente escolhidos que vão ser interpretados, num primeiro momento, na situação de trabalho pelos colegas de equipe e, em um segundo momento, pela população em geral, a partir da veiculação com crescente destaque na mídia. Essas designações podem ser enunciadas a partir dos mais variados gêneros discursivos – reportagens, notícias, editoriais, charges, artigos, entre outros –, nomeando escândalos que se sucedem e/ou práticas irregulares diversas.

Essas palavras constituem-se em um estoque de enunciados esperados em um espaço-tempo, histórico, característico de um *gênero da atividade* (CLOT; FAÏTA, 2000). Ao ser usada *como* trabalho, *no* trabalho e *sobre* o trabalho, a linguagem apresenta a principal vantagem de ser econômica, uma vez que, com esses enunciados, os policiais dialogam não só com pares na atividade de trabalho, mas também com o público em geral, através dos meios de comunicação, sem ser necessário estar recuperando detalhes da investigação toda vez que faz referência a ela. Tais palavras – como *Sanguessuga* e *Macunaíma* – carregam determinados índices de

avaliação, que acabam servindo como “rótulos” para se referir aos envolvidos em cada Operação realizada pela polícia federal.

Com este trabalho, procuramos contemplar aspectos da produção, circulação e recepção do enunciado (BAKHTIN, 2003). A partir do encaminhamento da reflexão, podemos apresentar duas considerações referentes à importância da inventividade lexical, especialmente as designações do trabalho, antes sigiloso (somente do domínio do coletivo de trabalho), depois tornado público: (a) contribuição para o desenvolvimento das Operações de trabalho dos policiais federais e (b) contribuição para a mídia no que tange à divulgação das Operações efetuadas. Nessa perspectiva, temos observado que a (re)criação de palavras para designar diferentes operações policiais tem colaborado com os interlocutores, seja o próprio coletivo de trabalho, seja a população, pois as predicções apresentam pistas discursivas que orientam um caminho a ser seguido para a compreensão de parte das investigações referidas. Além disso, esta análise tem possibilitado resgatar índices das características do trabalho do policial federal, especialmente considerando a articulação entre a linguagem *como* trabalho, *no* trabalho e *sobre* o trabalho.

Notas

- 1 O enunciado e a enunciação não apresentam distinção pontual no conjunto da obra bakhtiniana. Os dois são considerados como a língua em uso, discurso. Sobre as relações entre enunciado e enunciação, consultar Bezerra (2003) e Brait; Melo (2005).
- 2 Lacoste (1995 apud NOUROUDINE) considera importantes essas distinções para que um espaço de reflexões sobre a linguagem no trabalho possa se constituir, inserindo em um mesmo conjunto “linguagem no e linguagem como trabalho”.
- 3 Informações sobre Operações da Polícia Federal podem ser encontradas em <<http://www.dpf.gov.br/DCS/operacoes/indexop.html>>.
- 4 Site da Polícia Federal, disponível em: <<http://www.dpf.fov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

- 5 Os dados sobre a Operação foram retirados do site da Polícia Federal. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2007.
- 6 ANDRADE, Mário de. *Macunaíma*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- 7 A Revista Língua Portuguesa (2006) também publicou uma reportagem fazendo referência à Operação: “Há um ano, o herói sem nenhum caráter nomeou as ações de fiscalização da PF que reprimem crimes contra o patrimônio histórico”.

Referências

- ANDRADE, M. *Macunaíma*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.
- BAKHTIN, M. *Problemas da poética de Dostoiévski* (1929). 2. ed. Trad. Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BAKHTIN, M. O discurso no romance (1934/1935). In: *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Trad. Aurora Bernadini. 4. ed. São Paulo, 1998.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso (1952/1953). In: *Estética da Criação Verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (1929). Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BEZERRA, P. Introdução. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BOUTET, J. Les mots du travail. In: BORZEIX, A.; FRAENKEL, B. (Org.). *Langage et travail: communication, cognition, action*. Paris: CNRS Editions, 2001.
- BRAIT, B.; MELO, R. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. Coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CLOT, Y.; FAÏTA, D. Genres et styles en analyse du travail: concepts et méthodes. In: *Travailler*, n. 4, Revigny-sur-Ornain, Martin Media, 2000.

FAÏTA, D. Análise das práticas languageiras e situações de trabalho: uma renovação metodológica imposta pelo objeto. In: SOUZA-E-SILVA, M.C.P.; FAÏTA, D. (Org.), *Linguagem e trabalho*: construção de objetos de análises no Brasil e na França. Trad. Inês Polegatto; Décio Rocha. São Paulo: Cortes, 2002.

FAÏTA, D. Le langage comme activité. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Travail et Ergologie: entreteins sur l'activité*. Trad. Maria Glória Corrêa di Fanti; Maristela Botelho França. Toulouse: Octarés. No prelo.

FARACO, C. A. *Linguagem e Diálogo*: as idéias lingüísticas do círculo de Bakhtin. Curitiba: Criar Edições, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. Novo Aurélio XXI – 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília Souza-e-Silva; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2001.

MORENO, C. A formação dos compostos no português. *Letras de Hoje*. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

NOUROUDINE, A. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M.C.P.; FAÏTA, D. (Org.). *Linguagem e trabalho*: construção de objetos de análise no Brasil e na França. Trad. Inês Polegatto; Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2002.

POLÍCIA FEDERAL. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

POLÍCIA FEDERAL. Operações. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/DCS/operacoes/indexop.html>>. Acesso em: 15 fev. 2007.

SCHWARTZ, Y. Le langage en travail. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). *Travail et Ergologie: entreteins sur l'activité*. Tradução de Cecília Souza-e-Silva; Décio Rocha. Toulouse: Octarés. No prelo.